

Marcelo Antônio Chaves



O GIRO CONCEITUAL E DE PRÁTICA NO PROGRAMA DE DIFUSÃO DO APESP

Marcelo Antônio Chaves *

Apresentação

Aproveito este espaço que a *Revista do Arquivo* abre para exposição de relatos de práticas de difusão de (em) arquivos para apresentar a minha leitura sobre o giro que o setor de difusão do APESP esboçou, em alguns casos, e promoveu, em outros, a partir de 2015. Fazendo isto, ofereço a oportunidade de expor, de forma explícita, um debate sobre distintos conceitos de difusão que revelam diferentes conceitos de arquivo.

Faço uso da (auto) crítica a modelo que durante muito tempo vigorou em instituição que possui expressiva estrutura voltada para a prática de difusão: o Arquivo Público do Estado de São Paulo. Alguns autores chegaram a fazer referência a essas práticas, contudo, sem uma visão crítica. A difusão do APESP mereceria profundo estudo analítico e crítico para uma boa reflexão na área, não apenas pelo porte da instituição, que desenvolve atividades em todas as modalidades de produtos de difusão, mas pela sua ascendência sobre a área. No entanto, este espaço não permite senão ligeiro e condensado relato de apresentação do problema para firmar contraste entre distintas visões de difusão.

O giro

Desde 2009, o APESP possui organograma que garante forte atuação de difusão que opera as mais variadas atividades: visitas mediadas, publicações impressas, sítio eletrônico e uso de redes sociais, organização de cursos e seminários, oficinas, exposições físicas e virtuais, revista eletrônica (já experimentara várias em formato impresso). Para isto, o arquivo mantinha considerável quantidade de pessoas envolvidas na atividade de difusão.

É, portanto, algo digno de destaque esse esforço institucional em apresentar-se ao público sob variadas modalidades.

Entretanto, desde 2015, o Arquivo Público do Estado inovou ao realizar avaliação crítica do modelo de difusão até então adotado pela instituição, promovendo mudanças significativas. Partia-se do pressuposto de que vigia concepção não aderente ao perfil institucional e de que o setor de difusão operava para apenas uma parte de suas múltiplas dimensões, enxergava o seu acervo de forma muito restrita e se baseava em modelo educativo que negligenciava conhecimentos próprios da arquivologia, com foco para público estudantil escolar do ensino médio e fundamental.

A partir da reorientação da difusão, tendo como referência a missão do Arquivo, alteraram-se aspectos fundamentais da dinâmica da difusão da instituição.

Calendário

O giro promovido causou impactos imediatos nos rumos da difusão com a adoção de calendário baseado na dinâmica interna do arquivo, em diálogo com fatos conjunturais e efemérides que dialogam com os arquivos. Isto levou à aproximação do setor de difusão com as áreas técnicas essenciais, das quais ela nunca deverá se distanciar, pois elas é que devem instruir os caminhos e os ritmos da difusão, e não o contrário.

Circuito de difusão

Decorrente disso, implementou-se o que chamamos de circuito de difusão em que se busca explorar ao máximo os esforços de pesquisa para realização de eventos, conforme o seguinte processo: estudo da

* Doutor em história, especialista em organização de arquivos e executivo público no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). E-mail: teochaves@gmail.com

produção (e do ritmo) nas áreas técnicas para se conceber o planejamento de difusão (anual e mais) => estudo de efemérides capazes de potencializar eventual abordagem temática, a partir da produção das áreas técnicas e do potencial do acervo => feitos esses estudos, elaboram-se planejamento e produção de eventos => realização de eventos e de exposição física com máxima exploração temática, mas ressaltando-se os trabalhos arquivísticos => realização de seminários de lançamento e eventos de capacitação durante a vigência da exposição => transformação da exposição física em virtual => transposição do tema para o formato da publicação periódica e, se possível, em outras publicações => lançamento de periódico semestral.

Ou seja, uma pesquisa gera vários desdobramentos em eventos. Claro que nem todos os movimentos de difusão serão capazes de seguir esse roteiro completamente.

Ampliação de parcerias e de público

O giro provocou a ampliação do leque de parcerias e variação de públicos, posto que houve natural aproximação com as instituições congêneres, inclusive com o engajamento na criação de rede de arquivos e também estimulou a participação de profissionais das áreas de história, mas também da administração, do direito, da linguística, da psicologia e de tantas outras. Além disso, estimulou-se o envolvimento dos funcionários da administração pública em eventos.

Protagonismo e identidade de arquivo

Garantiu-se o protagonismo dos profissionais de arquivos nos eventos em diálogo com outras áreas, a partir dos seus conceitos e universo vocabular específico.

Arquivo na sua integralidade

O setor de difusão passou a incorporar as atividades do arquivo em sua complexidade, já que se trata de instituição de preservação de acervo “histórico”, mas também promotora da política de gestão de documentos do Estado. Fez-se enorme esforço em se suplantar essa dicotomia histórica que marca a trajetória dos arquivos brasileiros, afinal, não existe arquivo para gestão e arquivo para preservação, mas arquivo.

Reformulação dos produtos de difusão

Os resultados dessa reorientação editorial impactaram os produtos da difusão.

Publicações

As muito interessantes e bem editoradas publicações impressas com assinatura do setor de difusão abrangiam temáticas da política, da sociologia e da história, mas, com um detalhe: nenhuma delas abordou os conhecimentos próprios e típicos da produção da área dos arquivos. Como se não houvesse conhecimentos específicos, ou estes não fossem relevantes. Quantas boas produções da área arquivística possuem abertura do mercado editorial para publicação impressa? Serem obras baseadas em pesquisas no(s) arquivo(s) por si só justificaria a opção editorial do APESP? Em que essas publicações se diferenciam daquelas com o selo de Universidade e empresas editoriais na área de história e sociologia?

Infelizmente, desde 2014 não houve publicações impressas editadas pelo APESP, devido às evidentes dificuldades materiais desde então. No entanto, definiram-se as diretrizes de que instituições arquivísticas com capacidade e potencial de publicações impressas e digitais devem hierarquizar prioridades nesse campo da divulgação científica levando em conta as óbvias razões pragmáticas e instrumentais que o seu perfil operativo exige, pois as instituições acadêmicas das ciências da informação e da arquivologia aí estão para cumprir o seu papel de pesquisa, de crítica epistemológica e de práticas e de formação conceitual.

A título de ensaio, arrisco a seguinte apresentação em ordem de prioridade: 1) Publicações técnicas, como os instrumentos de pesquisa (catálogos, guias e inventários) e instrumentos de gestão (plano de classificação e tabelas de temporalidades, guias técnicos e de orientação no campo da Arquivologia e Gestão Documental); 2) obras acadêmicas e técnicas que abordam a história administrativa local, regional, nacional

que facilitem a produção dos instrumentos de gestão documental e de pesquisa e também o atendimento ao público, em especial os pesquisadores; 3) trabalhos acadêmicos da arquivologia e suas interfaces, principalmente aqueles que inspiram e dialogam com o fazer cotidiano dos arquivos, para que sirvam de inspiração para os trabalhos técnicos da instituição; e 4) monografias das mais variadas áreas produzidas com base em pesquisa no acervo da instituição e de outros arquivos.

Periódico



O periódico eletrônico, de 2005 a 2015, chamava-se “Revista Histórica *online*” que publicava exclusivamente artigos das áreas de história, política, sociologia e afins, e no seu conselho editorial não havia nenhum especialista em arquivos.

No entanto, contrariando tendências que regem outras instituições arquivísticas brasileiras, desde 2015 o APESP optou por reorientar a sua publicação periódica apostando no conteúdo mais focado e aderente ao perfil institucional, divulgando conteúdo típico das áreas de conhecimento dos arquivos e suas interfaces.

Serviço educativo

A ação educativa estava voltada para o despertar do público para o uso das “fontes primárias”, com finalidade de “aperfeiçoamento do ensino de História”, principalmente baseado no uso do acervo hemerográfico e em documentos avulsamente escolhidos fora do seu contexto arquivístico, já que a noção

especializada dos arquivos não fazia parte da metodologia aplicada, a não ser tangencialmente.

O giro proposto desde 2015 iniciou-se a partir de alguns questionamentos: seriam os alunos da rede escolar de ensino fundamental prioridade? Quais critérios determinavam essa opção? Qual o papel de um serviço educativo em uma instituição “cabeça de sistema” com um vultoso desafio de trabalho e gigantesco público usuário, porém carente de informações básicas sobre as funções dos arquivos? Diante da exiguidade de recursos que impõe escolhas, é opção correta desenvolver cursos de história de amplo alcance, por meio de ferramentas de ensino à distância (EAD) para professores da rede escolar, em detrimento de necessidades reais e imediatas do Arquivo? Qual o papel de serviço educativo em uma máquina administrativa com atividades muito especializadas e contando com pessoal sem qualquer formação na área arquivística para realização dos trabalhos finalísticos? Qual o papel de serviço educativo diante de uma miríade de gestores e pesquisadores vítimas de “analfabetismo documental”? Qual o papel de um arquivo custodiador de rica documentação e que tem o seu maior público formado por usuários de serviços e pessoas em busca de vestígios de provas para fins de conquista de dupla cidadania? Qual o papel de um serviço educativo de arquivo, cujo acervo guarda informações cruciais para quem necessita reunir provas por ter sofrido violações em seus direitos fundamentais? Há ou não que se discutir critérios, diante de enorme escassez de recursos, para definição e hierarquização de público alvo para usufruto de serviços educativos?

Para além dessas questões, quais conteúdos são adequados para o desenvolvimento de produtos educativos para essa imensa diversidade de público de um arquivo? Qual universo conceitual orientará o desenvolvimento desses produtos?

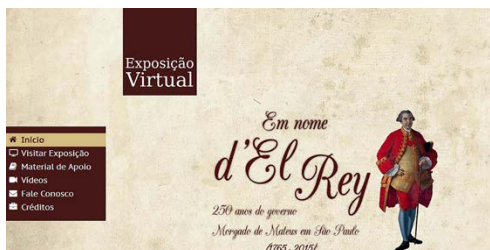
As mudanças nas capacitações esboçadas visam mudar o foco sobre o documento, explorando-se, para além do seu potencial interpretativo, os aspectos de forma (diplomática) e de contexto de produção. A abordagem com os alunos deve privilegiar o discurso sobre as especificidades do documento de arquivo e a importância estratégica dos arquivos na sociedade, a partir da sua realidade.

Visitas mediadas

Mesmo as visitas mediadas eram destituídas de narrativa a explorar com intensidade as múltiplas e estratégicas funções do arquivo.

Para essas visitas esboçou-se estudo de narrativa que contemplasse conceitos a serem despertados a partir de cada espaço do percurso da visita, para que, ao final, aproximasse os visitantes das funções precípuas de um arquivo. Além do mais, procurou-se espelhar com mais fidelidade o perfil da instituição agregando-se a visita ao Arquivo Intermediário e informações substanciais sobre as atividades do departamento de gestão do sistema de arquivos.

Exposições



Exposições são momentos excepcionais para a difusão do acervo e dos conhecimentos arquivísticos, porém demandam muitos recursos intelectuais e materiais. Poucas são as instituições arquivísticas com possibilidade de realizações nessa modalidade. Mais difícil ainda é inserir arquivos no circuito cultural das municipalidades. Por este motivo, é importantíssimo que se aproveite ao máximo quando da oportunidade.

Repensou-se as exposições com a seguinte questão: como montar uma exposição colada à missão institucional e que só o Arquivo poderia fazê-lo?

Até 2015, o padrão das exposições seguia os mesmos roteiros dos produtos acima citados: um olhar genérico e ligeiro revela que os critérios não se baseavam em eficiente difusão do conhecimento arquivístico e nem do acervo, tendo em vista que os temas não encontram correspondência informativa substancial no patrimônio documental da instituição (Revolta da chibata e futebol no Brasil, por exemplo). A finalidade era

explicitamente atingir público escolar do ensino fundamental, condizente com o propósito de melhorar o ensino formal de história em sala de aula e servir de apoio ao professor de história. Ou seja, o Arquivo era visto como apenas um suporte ao ensino de História, descolando-o das raízes de sua missão e natureza.

Desde 2015, foram montadas várias exposições físicas e apenas duas delas virtualizadas e acessíveis no sítio do APESP.¹

A última exposição física, em cartaz até 15 de março de 2020, “Registros arquivísticos da função saúde”, teve como tema a saúde pública em São Paulo, até 1947. A sua concepção curatorial prevê exposição de amostras de tipos documentais expressivos dos fundos e coleções com maior probabilidade de se encontrar informações substantivas sobre a saúde pública praticada no Estado de São Paulo, desde o período da Capitania até o ano de 1947, quando é criada a Secretaria Estadual de Saúde com a estrutura administrativa próxima do modelo atualmente vigente.

Trata-se de um verdadeiro guia de pesquisa sobre o tema no acervo. Composta por 8 painéis explicativos e 10 vitrines com documentos textuais, bibliográfico e cartográfico, que indicam caminhos de pesquisa na função saúde e que perpassam as mais variadas estruturas administrativas em perspectiva histórica e fundos privados: polícia, núcleos coloniais, agricultura, entre outras.

As vitrines têm descritor de contexto e brevíssimas notas explicativas ao lado de cada documento. O projeto de virtualização dessa exposição prevê as mais elaboradas explorações pedagógicas para variados públicos, desde o singelo leigo curioso no assunto até estudantes especializados em documentação e arquivos, além de pesquisadores e membros de comissões de avaliação de documentos da estrutura administrativa do Estado.

Eis, em poucas laudas, um resumo daquilo que acredito ser um projeto de difusão que exercita no limite o que entendo por *identidade de arquivo*.

Foto: Márcio Hirose



Vista panorâmica da exposição “Registros arquivísticos da função saúde”

¹ Consultar: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/difusao/exposicoes_virtuais
Breve análise da exposição Morgado de Mateus encontra-se na dissertação de Bianca Lopes, disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/1016>